

## RENDA, EMPREGO, NUTRIÇÃO E RELIGIÃO

---

Roberto Mota  
Antropólogo

O objetivo deste trabalho consiste na apresentação de certos aspectos da vida ou do ambiente urbano do Recife, que tornam mais compreensível o culto do Xangô. Na medida em que representam matéria de pesquisa por parte de antropólogos ou sociólogos, razões epistemológicas devem orientar o estudioso no sentido de que não trate religião, símbolos ou imaginários coletivos como se formassem realidades plenamente autônomas, capazes de gerar-se ou explicar-se isoladamente. O princípio metodológico de razão suficiente — ou de parcimônia e economia nas explicações — exige, em primeira e fundamental aproximação, que busquemos entender sistemas ou conjuntos religiosos, simbólicos e imaginários sempre levando em conta os aspectos econômicos e sociais do ambiente em que concretamente existem. De outro modo cometeríamos o erro de implicitamente supor a existência de dois homens ou duas sociedades — na vida diária e na religião — que nunca poderiam encontrar-se.

A este artigo interessam explicações funcionais — e até causais — para o fenômeno do Xangô. O ambiente urbano agiria como variável “y” da correlação. A hipótese do autor se expressa através de fórmula conhecida:  $x=f(y)$ , onde  $x$ =Xangô e  $y$ =meio urbano.

Isto é, defendendo a tese de que o Xangô é bom para comer, organizar e pensar, constituindo meio de adaptação ao ambiente encarado como a realidade em que as pessoas efetivamente existem. Ou, em outras palavras, o

Xangô trabalha no sentido de aumentar a adequação do relacionamento entre número importante de recifenses e as circunstâncias da cidade.

Vou tentar dizer que aspectos da vida do Recife explicam a persistência dessa religião. Por que o Xangô seria bom para comer? Por que os os devotos não comem logo em casa, com maior comodidade e fora das complicações do ritual? Por que um culto com tal ênfase em sacrifícios de animais existe justamente aqui? Por que as tradições religiosas de origem africana não chegam direto à "Umbanda Branca" do Rio e de São Paulo, que quando não rejeita inteiramente a própria idéia de matança, faz com que permaneça dentro de plano quase apenas simbólico, pois as vítimas (poucas e ocasionais) são antes "despachadas" do que comidas?

Vou também destacar os traços do ambiente que fazem com que o Xangô seja bom para organizar. Neste contexto seria legítimo usar argumento "ex silentio". O fato de que nem a bibliografia disponível nem a minha própria pesquisa de campo indiquem, em grau significativo, a presença de outras associações congregando xangozeiros, parece demonstrar o papel do culto no estabelecimento da solidariedade dos devotos entre si e diante da sociedade recifense. E depois é sempre por alguma coisa que as pessoas se organizam. Este aspecto poderia portanto derivar de que serve para comer e para pensar.

Se o Xangô compreende um sistema ou conjunto de conceitos e de símbolos, ele tem que ser bom para pensar. Mas permanece o problema de saber por que suas formas de pensamento, mitológicas e pré-científicas, têm tanta importância no Recife. Minha opinião é a de que não se pode prever ou deduzir, a partir do exame das variáveis ambientais, exatamente que soluções adaptativas vão ser adotadas por grupos e sociedades. No entanto, os dados disponíveis sobre a situação do Recife em matéria de educação ajudam a compreender por que os xangozeiros não estruturam seu pensamento de modo diferente. Também parece certo que o atraso econômico da cidade representa estímulo muito forte na direção da "concretez" (com licença do neologismo) típica da mentalidade dos devotos, com fraqueza correspondente de matrizes abstratas.

Quero salientar que de minha tese não faz absolutamente parte a idéia de que o Xangô, em seus diversos níveis, constitua apenas um conjunto de respostas adaptativas às pressões do ambiente. Não existem correspondências biunívocas nas coisas culturais, nem muito menos entre estruturas econômicas, organizacionais e simbólicas do Xangô e determinados aspectos de seu ambiente urbano. Cada uma das suas soluções funcionais acarreta oposi-

ções e "disfunções" abertas ou latentes, levando, a curto ou longo prazo, à dissolução ou transformação de suas estruturas.

Planejo proceder com ordem. Vou primeiro tratar da infra-estrutura econômica do Recife, examinando dados recentes e disponíveis sobre população, emprego, renda e distribuição de renda. Os próprios números mostram que se já não existisse na cidade uma religião boa para o povo comer, então ela precisaria de ser inventada.

### Definição Preliminar

A cidade do Recife constitui o ambiente ou "meio" do Xangô. O município do Recife ocupa uma extensão de 209 quilômetros quadrados. Suas fronteiras administrativas podem causar problemas de terminologia. O município de Olinda, com apenas 29 quilômetros quadrados de extensão é, hoje em dia, tão ou mais parte da cidade do Recife do que muitos outros bairros desta última.

E para complicar ainda mais, muitos dados importantes da economia da cidade só estão disponíveis em relação à "Região Metropolitana" como um todo, a qual, além do Recife e de Olinda, compreende outros sete, municípios (Cabo, Igarapé, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Paulista e São Lourenço da Mata) cujas atividades econômicas e sociais se encontrariam em dependência imediata do Recife. A Região Metropolitana tem a área total de 2.201 quilômetros quadrados.

Não existem estudos monográficos a respeito de homogeneidades ou diferenças na parte simbólica ou ideacional da cultura através da Região Metropolitana. O meu ponto de vista, no que se refere ao Xangô, é o de marca da descontinuidade entre o Recife, Olinda e parte do município de Paulista e o restante da Região, no qual, quando se encontra o Xangô propriamente dito (e não o Catimbó ou a Jurema) parece ser como resultado de difusão muito recente da área de Recife-Olinda.

Não existem, praticamente dados estatísticos para o Recife e para Olinda tomados como conjunto independente. De modo talvez lamentável, terei neste trabalho — devido aos critérios diferentes adotados pelo IBGE, pelo CONDEPE e por outras instituições ou pesquisadores individuais — de ficar conformado com números válidos ora apenas para o município do Recife, ora para toda a Região Metropolitana.

## População

Pelo recenseamento de 1970, a população do município do Recife chegava a 1.060.701 pessoas. O número sobe a 1.267.043 com o acréscimo de Olinda. Em toda a Região Metropolitana havia, na mesma data, o total de 1.791.322 habitantes (CONDEPE, 1974:49).<sup>4</sup>

O aumento tem sido rápido. O censo de 1950 acusava não mais de 524.682 indivíduos no Recife; 62.435 em Olinda; 819.256 na Região. Nesta, como um todo, a população cresceu à taxa de 4% no período 1950/1970 (CONDEPE 1974:53; UFPE. CME 1975: 59, 72).<sup>4 e 11</sup>

Em 1970 a natalidade chegava, por cada mil habitantes, a 31,0 no município do Recife e a 34,2 na Região Metropolitana (CONDEPE 1974: 67; discussão metodológica desses números Ibidem:59).<sup>4</sup>

A mortalidade, na mesma data e pelo mesmo número de habitantes, apresentava cifras de 9,0 só no Recife e de 16,2 na Região Metropolitana (CONDEPE 1974:55-6).<sup>4</sup>

Os planejadores estaduais fazem o comentário cauteloso de que

“A mortalidade global da população na Região Metropolitana do Recife, expressa pela sua taxa bruta, apresenta-se bastante reduzida nos últimos anos. Esse fato decorre principalmente da grande proporção dos jovens na população da área” (CONDEPE 1974:55)<sup>4</sup>

Não há como duvidar, apesar do silêncio das fontes publicadas, de que a mortalidade é maior do que a média entre os segmentos de baixa renda da população. Talvez fosse mais exato dizer que a mortalidade está bastante abaixo da média entre as camadas de alta renda. As estatísticas vitais devem ser comparadas com os dados, apresentados abaixo, sobre a distribuição da renda.

Em 1970, 315.835 habitantes do Recife haviam nascido fora da cidade (29,8%). Destes, 169.077 tinham pelo menos onze anos de residência (CONDEPE 1974:61).<sup>4</sup>

E do total da população imigrante, o censo classificava 245.464 como de origem “urbana”: termo equívoco devido às imprecisões terminológicas do sistema administrativo brasileiro e também porque ao censo só interessa o último domicílio anterior à migração (CONDEPE 1974:61).<sup>4</sup>

Não existem dados publicados a respeito de migrações da e para a Região Metropolitana como um todo. Uma porcentagem desconhecida de habitantes do Recife pode portanto provir dos municípios de Olinda, São Lourenço ou Jaboatão, enquadrando-se, de qualquer maneira, entre a população migrante.

Quase toda a gente do município do Recife (98,7%) podia ser considerada "urbana" em 1970. O percentual ainda é significativamente alto (92,1%) para toda a Região Metropolitana (CONDEPE 1974:52).<sup>4</sup>

Os recifenses constituem povo decididamente juvenil: 50,89% de todos os moradores do município e 52,95% dos da região tinham 19 anos ou menos em 1970 (CONDEPE 1974:64).<sup>4</sup> Independentemente de medidas que tenham sido ou venham a ser tomadas para corresponder a essa crescente demanda de emprego, bens e serviços (sendo muito improvável que toda essa população possa, a curto ou médio prazo, ser efetivamente absorvida pelo setor desenvolvido da economia da cidade) pode-se tranquilamente concluir que a demanda de serviços religiosos na área do Recife aumentará nos próximos anos. Os "pais-de-santo" disporão de um mercado em expansão para seus bens e seus serviços, apenas parcialmente de caráter intangível.

### Emprego

De acordo com o recenseamento de 1970, a população economicamente ativa do Grande Recife se compunha de 461.200 indivíduos. Este número exclui os 30.000 abertos e declaradamente desempregados na data do censo (UFPE. CME 1975:59, 71, 92, etc; GUIMARAES 1974; CONDEPE 1974).<sup>11.7.4</sup>

Tendo em vista a população total da área (pouco menos de 1.800.000) a razão dos ativos para os inativos se aproximava de 1/4. Logo veremos qual o significado concreto desta observação.

Ora, a mesma razão correspondia a 1/3 em 1950 (33,4% da população; 273.600/819.200). Enquanto a população total aumentou, entre 1950 e 1970, à taxa anual de 3,99%, a força de trabalho cresceu a não mais de 2,65% anuais, durante o mesmo período (UFPE. CME 1975:53, 59, etc; (GUIMARAES 1974:6).<sup>11.7</sup>

Da população economicamente ativa de 1970, 33.500 (7,3%) se encontravam empregados na agricultura; 111.700 (24,2%) no setor secundário; e 316.000 (68,5%) se ocupavam em serviços de vários tipos. Em 1950, as

percentagens correspondentes aos três setores chegavam a 14,4%; 27,0%; e 58,6%, respectivamente.

Tudo poderia ir bem, pois não se pode ainda tirar nenhuma conclusão substantiva dos números até agora apresentados sobre emprego no Recife. Mesmo a taxa relativamente baixa de crescimento da população economicamente ativa poderia ser interpretada como resultado conjunto da atrição da força de trabalho e de uma melhoria geral da renda real da população, permitindo que os velhos, os muitos jovens e as mulheres se abstivessem de tomar parte ativa em atividades remuneradas.

Mas a perspectiva piora decididamente ao verificarmos que é preciso acrescentar, aos 30.000 declaradamente desempregados do censo de 1970, outras 100.000 pessoas que, mesmo oficialmente "empregadas", ganhavam no máximo Cr\$ 100,00 por mês em 1970, o equivalente a 308 dólares anuais. Desempregados e subempregados (estes definidos como os que no máximo ganhavam 308 dólares anuais) formavam aproximadamente 30,0% da força de trabalho do Recife (UFPE.CME 1975:82; GUIMARAES 1974)<sup>11.7</sup>

E nossa perspectiva sofre outra deterioração quando, inspecionando com mais atenção os dados disponíveis, verificamos que, excetuados os 1,6% mais altos da força de trabalho, a remuneração média per capita da população economicamente ativa do Grande Recife não ultrapassava 741 dólares anuais em 1970 (UFPE.CME 1975:30).<sup>11</sup>

O pior ainda está para vir. A tabela I indica a existência de forte concentração de renda. Essa concentração aparece mesmo nas quatro classes mais altas da tabela, consideradas isoladamente. E, pelo menos no que se pode concluir a partir dos rendimentos da força de trabalho reconhecida pelo censo, 95,1% da população vive abaixo dos padrões internacionalmente aceitos como os limites da pobreza ("poverty line").

Podemos chegar a algumas conclusões preliminares. A primeira se prende ao sentido de "desemprego", "subemprego", "desemprego disfarçado", etc. Pois considerando apenas os poucos dados que já apresentamos, parece mais correto falar numa camada bastante estreita de indivíduos em pleno emprego, do que considerar desempregados ou subempregados apenas 30,0% da força de trabalho. O que surpreende no Recife talvez seja menos tanta subutilização de mão-de-obra do que o fato de afinal existir, na mesma

área, um setor econômico moderno e desenvolvido, empregando trabalho qualificado e bem remunerado. Isto porém constitui exceção à regra geral do desemprego, aberto ou disfarçado, e da pobreza generalizada.

A segunda conclusão diz respeito à contradição mais ou menos evidente entre a população e a economia que teoricamente serviria para sustentá-la. Padrões de vida satisfatórios não se originam, para a grande maioria, a partir do seu desempenho nas estruturas "formais" da vida econômica do Recife.

E a terceira conclusão (à qual voltaremos com mais vagar) é a do Recife como cidade de biscateiros. Os desprivilegiados têm de encontrar recursos e meios para contornar sua oposição, ou alienação (mensurável pelos números do recenseamento) diante de um sistema econômico que nem os emprega nem sustenta. O ambiente da economia urbana expulsa, ou não permite que as pessoas participem dos circuitos regulares da economia monetária e abstrata. Portanto a "concretez" se encontra estimulada ou premiada. Tudo o que represente oportunidade concreta, mesmo irregular ou "informal", de ganho ou transferência de renda monetária ou em espécie, desempenha papel funcional ou adaptativo nesse meio de pobreza ou indigência. Esta situação vai afetar toda a vida econômica, social, política e cultural da nossa área, sem excluir as instituições religiosas, que serão pressionadas no sentido de adotar, em suas estruturas rituais e organizacionais, modalidades de troca ou transferência mais do que simplesmente simbólicas ou puramente devocionais.

O ponto de vista apresentado neste artigo é o de que não se pode a priori deduzir que o Xangô fosse constituir o resultado ou resposta a tais pressões. No entanto, o meu trabalho de campo empírico demonstra que ele efetivamente representa um meio — sem ser nem o único possível, nem necessariamente o melhor ou mais eficiente — para resolver a contradição entre o povo e a economia, decididamente inadequada em termos de necessidades populares. O Xangô, como descrevi em outro artigo (MOTA 1977)<sup>9</sup> é bom para comer e para organizar, além de também servir para pensar. Ele se compõe de bem mais do que um conjunto de símbolos imaginários ou abstratos.

Mas minha argumentação não tem por que parar tão cedo. Veremos em seguida — sem que seja preciso passar imediatamente à análise do Xangô — outros meios empregados pelos recifenses para tentar superar o conflito entre a sua cidade (compreendida como agregado populacional) e a economia em que parecem desempenhar papéis apenas marginais. Vou voltar-me para certas peculiaridades da estrutura do emprego nesta área.

## Notas sobre a Composição da Força de Trabalho

Afinal de contas, não tem deixado de haver certo progresso no Recife. Entre 1950 e 1970 o produto industrial da Região Metropolitana aumentou à taxa média anual de 5,75%. Instalaram-se indústrias modernas, de tecnologia sofisticada, enquanto manufaturas mais tradicionais renovaram o seu equipamento. Ora, o problema do Recife consiste justamente no fato de que quanto mais avanços técnicos se incorporam à infra-estrutura econômica, menos gente é empregada. O crescimento do emprego industrial não ultrapassou a taxa média anual de 2,09% entre 1950 e 1970, baixando, no mesmo período, de 27,0% a 24,2% de toda a força de trabalho da Região Metropolitana (CONDEPE 1974:25; UFPE, CME 1975:71).<sup>4, 11</sup>

Nas palavras de um analista da economia regional:

“Não obstante ter sido o Grande Recife uma área preferencial, do ponto de vista empresarial, para a localização de indústrias . . . o que significa dizer que para aqui foi carreada parte significativa dos investimentos realizados na região nordestina neste setor, o crescimento do emprego não ocorreu com bastante intensidade . . . A causa imediata deste fato . . . pode ser atribuída ao tipo de tecnologia adotada, caracterizada pela alta densidade de capital. . . Deve-se acrescentar para o caso particular da área metropolitana do Recife, a política de modernização e reequipamento de alguns subsetores da indústria de transformação, particularmente a indústria têxtil. . . Tal modernização deve ter-se orientado, em grande parte, para eliminação de tarefas semi-artesanais ou manuais através de grau maior de mecanização. . . Não se pretende concluir serem a tecnologia adotada e o processo de modernização as *causas fundamentais* do desemprego ou subemprego existente na área metropolitana. Tais causas devem efetivamente ser pesquisadas no perfil da demanda, resultante da distribuição assimétrica da renda e do patrimônio, o qual orienta o aparelho produtivo para a dinamização de setores de reduzida repercussão sobre o mercado de trabalho, quando não para a retirada do excedente gerado pela economia para fora do processo produtivo” (GUIMARÃES 1974: 9-10).<sup>7</sup>

Esse fenômeno não é peculiar à área do Recife ou mesmo a áreas subdesenvolvidas de um modo geral. Em menor grau também está presente em quase todas as áreas desenvolvidas do Ocidente. Mas enquanto problema de tal grandeza levaria a drásticas reformulações políticas em países adiantados, os recifenses se voltam para serviços mais ou menos redundantes e — em grau significativo — para o Xangô e cultos similares, os quais podem ser perfeitamente considerados certa variedade de serviços (e de bens) colocado no mercado ao lado de outros serviços (e de bens).



Como foi observado por outro analista da nossa economia:

"Os avanços técnicos nas áreas subdesenvolvidas têm se caracterizado pela adoção de tecnologia poupadora de trabalho na indústria oriunda dos países desenvolvidos. . . . Não há outra alternativa (para os trabalhadores menos qualificados) do que a infiltração naquelas atividades terciárias de toda a sorte de ocupações de baixa produtividade"(UFPE. CME 1975:83-4).<sup>11</sup>

Vamos agora dar uma olhada nos números relacionados ao (sub)emprego no setor terciário. Já foi dito que este compreende 68,5% de toda a população ativa (316.000 em números absolutos; a cifra deveria provavelmente ser mais alta, pois o censo com certeza não registra os serviços religiosos presentes nas trocas e transações que ocorrem dentro de grupos como os do Xangô).

De acordo com a terminologia do IBGE (do qual quase todos os números deste artigo em última análise derivam) o setor terciário ("População Econômica Ativa Terciária") compreende os "ramos" apresentados na tabela II, em cifras relativas e absolutas tanto do seu estado em 1970 como da sua evolução a partir de 1950.

Mas a tabela II ainda não conta toda a estória. Outros dados vão demonstrar como o crescimento do setor terciário, especialmente em seus dois maiores ramos, "Comércio de Mercadorias" e "Serviços Pessoais", pode ser tomado como indicação do aumento do "biscate" no Recife. E convém ainda observar que os dados censitários parecem ter ficado aquém da dureza da própria realidade. Mesmo no setor terciário, as taxas "oficiais" de crescimento estão abaixo do aumento da população. Ora, nenhuma melhoria de nível de vida parece ter beneficiado as camadas de renda mais baixa. Portanto parece lógico concluir pela existência de uma taxa oculta de "biscate" que não chega, mesmo como desemprego ou subemprego, a sequer ser registrada nos números do IBGE.

A tabela III transcreve números relativos à renda mediana aproximada de cada ramo do setor terciário, indicando ao mesmo tempo a percentagem do conjunto da força de trabalho metropolitana que cada um deles representa.

A partir das tabelas desta seção, podemos primeiro chegar à conclusão de que ineficiência e redundância são funcionais e adaptativas no contexto do Recife. Pois se nossa força de trabalho começasse, de repente, a funcio-

nar em plena capacidade, as taxas de desemprego se tornariam insuportáveis até mesmo para o conformismo dos recifenses. Isso, provavelmente, não deixa de estar relacionado com a lentidão e a complexidade dos ritos do Xangô, que contrastam (pelo menos em grau) com o ritmo mais acelerado da Ubanda de origem carioca. O ambiente sócio-psicológico do Recife certamente desencoraja inovações para economia de tempo e de trabalho. E isso não se encontra confinado aos setores mais humildes de nossa vida econômica. Os professores universitários haveriam de constituir objeto de interessante investigação a respeito desse tema.

E em segundo lugar chegamos à conclusão, aparentemente oposta, que de modo algum processos de competição se encontram ausentes do Recife, mesmo entre os trabalhadores mais infimamente remunerados. Educação, como veremos nas tabelas da próxima seção, representa vantagem muito clara no panorama da oferta de trabalho na cidade.

Mas um currículo educacional de estilo ocidental custa muito caro, apesar de ser, a rigor, encontrável nesta área. Vamos supor que se trata de serviços religiosos. Para que possam ser — no caso das igrejas católica ou presbiteriana — legitimamente oferecidos aos possíveis consumidores, os ministros vão precisar de currículos que, no fim de contas, representam variedades dos padrões ocidentais formais.

E aqui encontramos uma vantagem do Xangô. Ele requer educação, no sentido em que exige treinamento, bastante longo e bastante árduo, ministrado por mestres especializados. Mas a custos — tudo no Xangô envolve alguma forma de transferência de renda — bem mais acessíveis do que os do currículo ocidental em qualquer das suas modalidades. Assim, o crescimento e a persistência do Xangô pelo menos em parte se explica pela competição na oferta de serviços. Do mesmo modo se explica a enorme importância atribuída pelos xangozeiros às genealogias rituais dos pais e mães-de-santo, reais ou manipuladas. Os antepassados religiosos significam a qualidade do treinamento, das qualificações, da competência ritual do mestre ou superior religioso. Xangô implica em emprego dentro do desemprego. Constitui resposta ao desafio da penúria, usando materiais acumulados pela história social da região. Dizendo isso não quero tirar nenhuma grande conclusão sobre a essência da religião, pois não sou determinista. Trata-se de observação concreta sobre situação concreta.

### **Educação**

As observações anteriores representam um curto-circuito dentro do

plano deste artigo. Mas não pode haver dúvida sobre as ligações entre educação e o problema geral de emprego e renda na cidade. E não consta que exista, na área do Recife, desemprego estrutural entre os que tenham recebido educação pelo menos regular, de tipo ocidental.

Pode-se muito bem deduzir, a partir dos dados e das discussões apresentadas nas seções anteriores, que a economia regional, por causa da crescente sofisticação do setor industrial, está, por assim dizer, faminta por pessoal qualificado ou especializado. Encontramos aqui um dos muitos círculos viciosos típicos de áreas economicamente atrasadas: o treinamento de pessoal especializado é função da renda disponível, a qual é função do nível de emprego; ao mesmo tempo o pessoal não qualificado fica em grande parte marginal quanto às formas econômicas dominantes e tem que procurar nichos de subsistência e emprego paralelos ou "informais".

Ora, o que estou aqui chamando "educação de tipo ocidental" não se limita à transmissão de habilidade "modernas", mas também propaga padrões de pensamento e raciocínio abstratos, adaptados aos requerimentos infra-estruturais das "modernas" economias industriais.

Inversamente, a fraqueza no Recife do tipo ocidental de educação acarreta a persistência de formas de pensar que utilizam matrizes incorporadas a símbolos concretos e icônicos. Ora, o Xangô se caracteriza essencialmente por matrizes teológicas incrustadas em coisas ou estados concretos, tangíveis, visíveis e audíveis. Um dos objetivos deste artigo consiste em demonstrar, através de quantos dados estatísticos estejam disponíveis, o nexo que intuitivamente se percebe haver entre a concretez da religião e a concretez da vida do povo. Por maiores e mais importantes que sejam a tradição histórica, os valores artísticos e religiosos de que os xangozeiros têm sido depositários a gosto ou contragosto, parece claro que, marginalizados pelo "desenvolvimento" da economia, os devotos não dispõem de alternativa prática para suas transações de caráter direto e imediato, livres de "cálculo" e "racionalidade" em sentido weberiano. (Alguns conceitos desta discussão remontam a WEBER 1967; LÉVI-STRAUSS 1966; TURNER 1975.) 13.8, 10

Concretez de modo algum representa estado mental com alguma coisa de elegante ou privilegiado. Ao contrário, constitui a experiência diária dos que sobrevivem por meio de expedientes a curto prazo ou empregos transitórios. No Xangô se encontra a resposta, ou o reflexo invertido, dos modos abstratos de pensar associados ao tipo de "progresso" econômico que transforma o povo do Recife em força de trabalho simplesmente marginal.

Voltemos a cifras que substanciam eloqüentemente as hipóteses recém-apresentadas. A tabela IV apresenta o quadro geral da alfabetização e da educação formal na cidade do Recife e na Região Metropolitana. O leitor deve ficar advertido de que o valor real de diplomas e certificados, nesta região, com certeza se situa em plano sensivelmente inferior ao de outras áreas do Brasil e do exterior.

A tabela V, baseada em pesquisa realizada pelo Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco, indica claramente, apesar das deficiências de nosso sistema de educação, aumento constante de renda em correlação positiva com número de anos de educação formal. Os dados do censo, apesar de bem menos precisos, dão idéia de disparidade ainda maior na distribuição de renda em função da educação.

Essas considerações a respeito de educação, renda e Xangô podem ser resumidas em duas conclusões. A primeira é de que o Xangô representa uma espécie de educação substitutiva ou educação "ersatz", isto é, um produto similar colocado e aceito no mercado devido à escassez ou ao preço proibitivo do original. Consideradas no Recife certas peculiaridades de emprego, renda e oferta de educação, o Xangô é bom para pensar e classificar. O treinamento prático que oferece é, também, capaz, de maneira com certeza limitada, mas significativa, de romper o círculo vicioso que conduz da pobreza à falta de educação (em estilo ocidental) e vice-versa.

Mas o Xangô também cria, em menor escala, seu próprio círculo vicioso. O acesso a seus bens e serviços religiosos exige certos gastos, os quais implicam em padrão de vida *relativamente* alto. O Xangô não se caracteriza como a religião dos *mais* pobres entre os pobres. E o progresso do devoto, dentro das hierarquias internas da seita, parece estar, até certo ponto, positivamente associado a renda e estabilidade.

Por outro lado, podemos chegar a uma segunda conclusão. Aquilo que aparece ao observador ocidental como o caráter extremamente concreto dessa religião, seu aspecto "iconofílico", a representação de sua teologia de maneira que se pode tocar, olhar, escutar e dançar, a quase inexistência de um sistema de dogmas abstratos — nada existe no Xangô comparável a escrituras sagradas, credos e definições — tudo isso apresenta admirável coerência com um ambiente econômico, social e cultural no qual os padrões gerais de comunicação são concretos quase ao ponto de excluírem fontes de informação escritas e abstratamente armazenadas, ao ponto quase de estimularem o analfabetismo, total ou parcial.

## Renda e Distribuição de Renda

Não parece haver números disponíveis sobre o valor agregado do produto econômico bruto do Recife ou da Região Metropolitana, à parte dos dados relativos ao estado ou ao Nordeste como um todo. E mesmo assim os últimos informes remontam ao ano de 1969. Na ausência de cifras "objetivas", baseadas no valor do produto, este artigo utiliza as informações existentes de caráter mais "subjetivo". Estas, por sua vez, são de dois tipos. Primeiro existe o censo da população economicamente ativa; dele em última análise provém a maior parte das cifras e tabelas até agora apresentadas.

Ora, se já sabemos que a razão entre a população total e a força de trabalho é quase exatamente 3,9, podemos tranquilamente chegar aos resultados da tabela VI, a qual supõe que essa razão permaneça mais ou menos constante através de todas as classes de distribuição. De fato, mesmo sem representarem prova em sentido estrito, os dados de recente pesquisa por amostragem (UFPE. CME 1975)<sup>12</sup> indicam que o número total de pessoas por unidade doméstica permanece praticamente uniforme em toda a população. Em média atingem 5,85 por unidade; 4,90 por família nuclear; 0,63 outros parentes; 0,32 outras pessoas (UFPE. CME 1975:78).<sup>12</sup>

E em segundo lugar existem os dados, justamente, de várias pesquisas por amostragem, orientadas para a avaliação da demanda, atual ou potencial, de alimentação ou produtos industriais. Seus resultados, de modo geral, apresentam consistência através do tempo, mesmo quando se pode suspeitar de terem sido afetados pela relutância dos desprivilegiados em declarar toda a extensão de sua pobreza (em renda e em consumo) e pelas hesitações dos ricos, e até dos remediados, assustados com a fiscalização da Receita Federal, em descobrir a totalidade de seus rendimentos.

A tabela VII proporciona um apanhado geral de cinco diferentes pesquisas, feitas só no Recife ou na Região Metropolitana como um todo, com as cifras da renda per capita e do índice de concentração de Gini. A respeito da evolução dos números, não esqueçamos que o período de 1964 a 1968 foi, para o Brasil como um todo, de severas medidas antiinflacionárias, que comprimiram, de modo geral, os salários e as rendas. A partir de 1968 começa o milagre brasileiro, cujos efeitos sem dúvida se percebem no Recife, porém não de modo geral ou uniforme.

O índice de Gini é uma medida excessivamente abstrata em trabalho de feitio preliminarmente antropológico. Vamos transcrever cifras mais concretas sobre as desigualdades da distribuição da renda no Recife. A tabela

VIII mostra que percentagens de renda couberam a cada quintil da população entre 1960 e 1968. Para 1973 os dados não são estritamente comparáveis, mas a tabela IX exhibe a percentagem acumulada da renda total distribuída pela percentagem acumulada das famílias entrevistadas, no Recife e na Região Metropolitana, em levantamento realizado nesse mesmo ano.

De qualquer modo, a tabela IX indica a ocorrência de forte reconcentração da renda no período de 1968 a 1973. Não se pode comparar exatamente os intervalos de classe, mas um exame atento demonstra que todos os quintis, salvo unicamente o superior, perderam em termos de *percentagem* de renda na distribuição total. Mas aqui é preciso fazer uma advertência: enquanto a renda real havia aparentemente permanecido estática entre 1960 e 1968, ela parece ter crescido a partir deste último ano, o que se pode ver também na tabela VII. Como interpretar esse fenômeno?

Lamentavelmente, as diversas pesquisas por amostragem realizadas no Recife têm usado técnicas estatísticas às vezes bastante diferentes. A metodologia requerida para apresentar comparações exatas ou quase exatas entre os dados, por exemplo, de 1968 e de 1973, envolveria cálculos de tal modo abstrusos até para profissionais em estatística ou econometria (ver neste contexto UFPE. CME 1975:155-66)<sup>11</sup> que seus custos não compensariam os resultados, do ponto de vista tanto de autores quanto de leitores. Os deste artigo talvez se consolem com a citação direta de um economista que tentou — e não sem êxito — a resolução desse problema, mas a custos estatísticos inaceitáveis para simples antropólogos:

“Apresentada a comparação entre a renda per capita de 1961/62 e 1973, a constatação imediata é a diminuição da renda média nas camadas de mais baixa renda com aumento do percentual de indivíduos. Porém acima do quarto nível de renda (os 35% superiores da tabela IX) existe diminuição do número de indivíduos. Ou seja, em termos comparativos, os mais pobres tornam-se ainda mais pobres e em maior número, porém os a partir da classe Média pobre obtiveram melhoras na sua renda. Esta associação talvez diga respeito aos que, engajados na força de trabalho, tiveram aumentos salariais e aos que excluídos da força de trabalho efetivamente ativa engrossaram a massa dos subempregados no setor serviços”. UFPE.CME 1975:158).<sup>11</sup>

O que é que se pode concluir por esta altura? O ambiente de pobreza no Recife estimula ou premia formas de comportamento econômico não convencionais, voltadas para a captação de renda pela população desprivile-

giada. O Xangô constitui bom exemplo de arranjo institucionalizado para obtenção de renda por meios aparentemente não econômicos. Neste sentido fundamental, com certeza ele é bom para comer.

A esta conclusão eu chego não por dedução ou a priori, isto é a partir apenas de certas indicações relativas ao meio ambiente em seus aspectos econômicos, sociais ou mesmo culturais, mas a posteriori, depois do exame do Xangô, no qual sacrifícios cruentos de animais, refeições e transferências de renda monetária ou em espécie desempenham papel cuja importância salta aos olhos mesmo dos desprevenidos: o oferecimento de comida aos santos — e sua imediata metamorfose em comida para os devotos — constitui o ato fundamental de todo o culto.

O Xangô, dentro do sistema econômico e social do Recife, implica que certas pessoas tentam aumentar sua renda pelo uso de instituição de caráter manifestamente não econômico, cuja presença na cidade não representa invenção deliberada, mas um subproduto da história étnica e cultural da região. Pessoas e grupos geralmente não se comportam como curadores ou conservadores de bens culturais e históricos. Portanto a persistência dessa religião só parece explicável por suas funções *neste* momento histórico. O Xangô é recurso ou "truque" adaptativo, composto de materiais histórica ou tradicionalmente disponíveis.

O Xangô implica não em contestação, mas em conformidade e aceitação do sistema econômico e social tal como atualmente existe. Pode-se dizer — sem de modo algum apelar para a ridícula hipótese de uma conspiração maquiavelicamente organizada pelas camadas, em termos de renda, privilegiadas — que reforce as estruturas existentes, canalizando em direções relativamente aceitáveis a possível frustração dos descontentes.

E isso constitui uma espécie de dialética regressiva. Os problemas e oposições presentes na sociedade recifense por assim dizer são comprimidos e expulsos para dentro de seu próprio sistema de instituições. Os desprivados vêem-se levados a se arranjar com trocas e transferências de renda (monetária e em espécie) principalmente de uns para outros. O Xangô é "oportunista" (no sentido da palavra em Biologia Evolutiva), vivendo dos ganhos ocasionais de seus devotos, socializados ou repartidos dentro dos limites dos grupos de culto. Em palavras diferentes e complementares, o Xangô vive de supérfluos demasiadamente ocasionais e limitados para poderem ser, de modo consistente e lucrativo, investidos na economia "oficial" da cidade do Recife.

Seus membros vivem em contradição: ao mesmo tempo pertencem e

são marginais à sociedade em sentido amplo. Aceitam e internalizam as regras da sociedade e da economia do Recife, apesar de todas as deficiências que buscam suplementar por seu próprio e limitado jogo.

E é bom para organizar. Intermediário entre a unidade doméstica ou organização familiar de êxito precário como grupo de consumo, e a atividade econômica moderna e sofisticada dos segmentos desenvolvidos da economia da cidade, o Xangô desempenha o papel de grupo tanto de consumo quanto de produção, concretamente ao alcance de número importante de gente marginalizada ou semimarginalizada no contexto da vida do Recife. Neste sentido representa uma espécie de instituição de "médio alcance" entre a família e a economia dominante, suprimindo (mas sem grande êxito) as insuficiências de ambos os lados.

### Renda e Origem Geográfica

Nesta curta seção desejo mostrar que, na população economicamente ativa do Recife, os migrantes gozam de renda maior do que os nativos. E desse modo quero distanciar-me da tendência a interpretar o Xangô como se sua grande função fosse a de assimilar a gente do campo ao ritmo da moderna vida urbana.

Ora, admitida a hipótese de que o Xangô é bom para a captação de renda, torna-se claro, a partir da leitura da tabela X, que os nativos precisam mais dele do que a gente nascida em outros lugares. E a minha pesquisa de campo, apoiada pelos poucos elementos de história oral e escrita que se pode reunir sobre os princípios do Xangô nesta cidade, mostra o caráter marcadamente *urbano* do Xangô. Longe de ter sido trazido para cá por gente de origem rural, ele é que sempre aparece como novidade, produto de difusão recente a partir do Recife ou de Olinda, nas áreas menos urbanizadas de Pernambuco ou estados vizinhos.

Cândido Procópio Ferreira Camargo observa que a Umbanda de São Paulo representa

"Um dos meios alternativos que facilitam a adaptação do homem brasileiro à vida urbana. Certos traços característicos favorecem esse papel: capacidade de ser fonte de orientação para os indivíduos (substituindo a tradição e sua autoridade), aceitação de valores urbanos e profanos, busca de coerência explícita com a "ciência" e a atitude "científica", etc. Estes aspectos. . . emprestam-lhe atributos de racionalização, no sentido weberiano de orientação de vida" (CAMARGO 1961:13).<sup>2</sup>



Mas no Recife parece claro que de jeito nenhum o Xangô (diferente da Umbanda em traços essenciais da teologia e do ritual) constitua religião racional no sentido weberiano. No entanto, ele com certeza é funcional e adaptativo no contexto da cidade. Mas isso a despeito — e talvez até *por causa* — do seu caráter mágico. (“Racional” e “mágico” usados aqui no sentido de WEBER 1967).<sup>13</sup>

Por outro lado sua clientela é sobretudo composta de recifenses natos e nunca eu encontrei um xangozeiro em posição de liderança — mesmo informal — que não tivesse nascido e sido criado no ambiente urbano de Recife, Salvador, ou Maceió. De modo algum penso em negar a existência e o caráter racional da economia capitalista do Recife. Mas não vejo porque deduzir, de economia até certo ponto racional, o caráter igualmente racional dos fenômenos religiosos que surjam ou se desenvolvam na mesma região. Pois pode muito bem acontecer que a própria irracionalidade venha a ser racional, preenchendo os buracos ou os nichos deixados vazios pela ordem racional.

Também não é minha intenção a de postular que se nenhuma razão obriga a racionalidade a gerar ainda mais racionalidade, então ela necessariamente teria que produzir fenômenos irracionais. Minha argumentação é estritamente empírica. Eu encontro fenômenos racionais e irracionais lado a lado e até mesmo em relacionamento de mútua complementação.

### Nutrição

Os dados até agora apresentados parecem substanciar a hipótese de que o Xangô é bom para comer, organizar e pensar num ambiente urbano de desemprego ou subemprego, baixas rendas, baixos níveis educacionais, etc.

Mas quando se considera o papel centralíssimo do oferecimento de comida dentro da liturgia do Xangô (e qualquer um pode ir verificar nos terreiros a base empírica desta afirmação) parece conveniente tratar de deficiências nutricionais mais do que como apenas implícitas nas informações a respeito do nível de renda e de emprego.

Todos os dados disponíveis baseiam-se em pesquisas por amostragem (GONÇALVES 1962; AMORIM & NEVES 1969; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS 1970; UFPE. CME 1975)<sup>6,1,5,12</sup> as quais, do mesmo modo que estudos semelhantes sobre distribuição de renda, usaram técnicas estatísticas às vezes muito divergentes e que não proporcionam dados facilmente comparáveis. Também veremos que alguns dados parecem ser decididamente incompreensíveis. (UFPE. CME 1975)<sup>12</sup> cujos resultados são em parte reproduzi-

dos em (UFPE. CME 1975) <sup>11</sup> informa que as pessoas situadas na classe de renda mais baixa gasta em alimentação quantia superior à totalidade de sua renda (UFPE. CME 1975:135). <sup>12</sup> Isto, como já foi observado, provavelmente deriva da tendência dos mais pobres a melhorar sua apresentação através de padrões idealmente normativos.

A tabela XI traz um sumário dos dados sobre consumo de calorias e proteínas em nossa área, durante os últimos 18 anos. Mas as informações só apresentam alguma coerência no que diz respeito ao consumo diário de calorias. As divergências nos outros números explicam-se pelas diferentes metodologias adotadas ou mesmo por erros na coleta e no tratamento das informações. A queda no nível de renda, ligada às medidas antiinflacionárias adotadas pelo governo federal entre 1964 e 1968, dificilmente explicaria como a percentagem de indivíduos com consumo protéico diário inferior a 55 gramas baixou de 49, em 1960, a 2 em 1967, subindo para 28, em 1973. Pode-se talvez concluir que faltou homogeneidade às diferentes amostragens.

Outro obstáculo para uso cientificamente mais compensador dos dados disponíveis sobre nutrição prende-se aos padrões de necessidades adotados pelos diversos pesquisadores. A tabela XI supõe basicamente corretos os padrões seguidos pela Fundação Getúlio Vargas, que são os mesmos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos: 2.450 calorias e 55 gramas de proteína por dia e por pessoa. Uma citação direta explicará sua origem:

“Esses padrões de referência são mais baixos dos que os habitualmente recomendados porque . . . não se baseiam em todos os alimentos consumidos pelas famílias da amostra. . . . Os alimentos investigados compreendem cerca de 90% do total. . . . Sendo preciso levar em conta os valores da energia alimentar e de outros nutrientes dos alimentos não investigados, foi decidido abaixar os padrões de referência. Isso anula a tendência a sobrestimar a percentagem de famílias com níveis de consumo abaixo dos requerimentos mínimos”(FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS 1970:12).<sup>5</sup>

GONÇALVES, AMORIM & NEVES (1969)<sup>6, 1</sup> usam um tal sistema de indexação (os indivíduos de 15 a 20 anos correspondem a 0,75% de um adulto; os de 50 a 60 equivalem a 0,97%, etc., etc.) que, segundo o ajuste de seus números, apenas 4,1% de sua amostra consumiriam menos de 2.450 unidades calóricas cada dia. Não há menção de índices no que diz respeito às proteínas, não sendo porém inverossímil que tenham sido reajustadas sem aviso prévio, tornando mais compreensível o número correspondente na Tabela XI.

CME usa critérios diferentes. Baseado em recomendações da Organização Mundial de Saúde e em fórmulas estatísticas razoavelmente esotéricas, seu capítulo sobre nutrição chega à conclusão afinal otimista de que bastam, no Recife, 2.094 calorias e 42 gramas de proteínas, por dia e por pessoa. Desse jeito só 19,8% da amostra apresentam deficiência calórica e não mais de 8,2% estariam em situação de subnutrição protéica.

A partir das informações até agora proporcionadas por esta seção, podia até parecer que o estado nutricional do Recife é melhor do que dão a entender certas passagens deste artigo. Mas existem dados mais decisivos em reserva. Eles aparecem na tabela XII. Segundo o CME (1975:171)<sup>11</sup> 56 dólares por pessoa seriam o custo de uma dieta compreendendo os requerimentos nutricionais mínimos (calorias, proteínas, cálcio, ferro e vitaminas) recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Ora, a partir da tabela XII fica patente que 74,4% de toda a amostra não dispõem dos meios de adquirir essa dieta.

E notemos ainda que as adições necessárias à renda, apresentadas na mesma tabela, cobririam apenas nutrição, sem nada dizer sobre outras necessidades, provavelmente mais elásticas, a serem cobertas com esses ou outros rendimentos adicionais.

Se a cifra de 56 dólares ainda for reajustada e possivelmente reduzida, não pode subsistir dúvidas sobre a incapacidade dos recifenses, mesmo levando em conta indexações e reajustamentos, em adquirirem os nutrientes considerados mínimos por padrões admitidos internacionalmente.

A tabela XIII suplementa as informações anteriores e reforça as conclusões deste trabalho, apresentando o consumo médio diário de proteínas animais em 1973. Podemos ver que não só a redistribuição de comida é funcional, de modo geral, mas também que o ambiente decididamente estimula as matanças de bichos que constituem a espinha dorsal da liturgia do Xangô.

A conclusão impõe-se de que todo mecanismo de redirecionamento e redistribuição de alimentos, em proveito dos necessitados, não pode deixar de apresentar caráter funcional em nosso ambiente de penúria. O Recife evidentemente está cheio de gente com fome — pelo menos no que se refere à qualidade da alimentação — e o Xangô, partindo da suposição de que certas pessoas, a um dado momento, sofrem menos fome do que outras e podem repartir seu (relativo) supérfluo com santos e irmãos, desempenha papel eminentemente adaptativo em todo esse contexto. Se a sua existência não se de-

duz de teorias a priori, pode-se no entanto repetir, se ele não existisse, que precisaria de ser inventado com urgência. Quod erat demonstrandum.

### Observações

1. Para converter em dólares as cifras referentes à renda da P.E.A. e da população em geral, usei a cotação média do dólar em 1973, transcrita em *Conjuntura Econômica*, v. 31, n.5 (maio de 1977), pg. 154. O valor do cruzeiro em outros anos foi reduzido ao de 1973 através do índice de custo de vida na cidade do Rio de Janeiro, transcrito na mesma revista, pg. 196.
2. Só depois de terminado este trabalho chegaram-me às mãos *Migrações para as Grandes Cidades do Nordeste: Intensidade e Características*, de Hélio Augusto de Moura e José Olímpio Marques Coelho. Fortaleza, BNB, 1975 e *Metropolização e Desenvolvimento: O Caso do Recife*. Recife, UFPE, 1978. Estou certo de que sua leitura prévia teria em muito enriquecido o presente artigo, cujos dados e conclusões não ficam porém invalidados pelos daquelas publicações.
3. A primeira versão deste artigo já estava pronta, quando saiu *Estudo Nacional da Despesa Familiar-Dados Preliminares: Consumo Alimentar-Antropometria, Região V*. Rio de Janeiro, IBGE, 1977. Encontramos nele a média de ingestão, na Região Metropolitana do Recife, de 1854, 61 unidades calóricas e 60,43 gramas de proteína por dia e por pessoa, que representariam 101,72% e 217,14%, respectivamente, do total das necessidades. Mas só a metodologia muito especial adotada pelo IBGE pode explicar resultados tão brilhantes. Como a própria introdução aos dados deixa claro, as "necessidades" definem-se em termos do necessário para manter inalterados padrões atuais de nutrição ou subnutrição. Nenhum dado parece capaz de refutar as cifras que apresento, por exemplo, na tabela XII do presente artigo.
4. Quero agradecer a Clóvis Cavalcanti, Carlos Osório, Yony Sampaio e Vera Rosa Borges a gentileza com que responderam às consultas que lhes fiz e as sugestões bibliográficas que me apresentaram.

TABELA I

Região Metropolitana do Recife, 1970: Distribuição da Renda Pessoal da População Economicamente Ativa (P.E.A.).

| Renda Anual em Dólares | Porcentagens Acumuladas da P.E.A. |
|------------------------|-----------------------------------|
| 0-308                  | 28,5                              |
| 309-462                | 52,4                              |
| 463-770                | 71,9                              |
| 771-1232               | 85,0                              |
| 1233-3080              | 95,1                              |
| 3081-6160              | 98,4                              |
| acima de 6160          | 100,0                             |

Fonte: CME 1975:130<sup>11</sup>

TABELA II

Região Metropolitana do Recife: População Economicamente Ativa (P.E.A.) no Setor Terciário, por Ramo de Atividades, 1950-1970.

| Ramo de Atividade                                  | P.E.A. (1.000) |       | Aumento |       | Taxa anual de aumento (%) |
|--|----------------|-------|---------|-------|---------------------------|
|  | 1950           | 1970  | 1.000   | %     |                           |
| Comércio de Mercadorias                            | 36.8           | 67.4  | 30.6    | 16,3  | 3,1                       |
| Prestação de Serviços                              | 64,2           | 106.4 | 42.2    | 22,5  | 2,6                       |
| Transporte, Comunicação e Armazenagem              | 22.3           | 34.7  | 12.4    | 6,6   | 2,2                       |
| Atividades Sociais                                 | 13.9           | 40.2  | 26.2    | 14,0  | 5,4                       |
| Administração Pública                              | 17.4           | 43.7  | 26.4    | 14,0  | 4,7                       |
| Outros   | 5.8            | 23.6  | 17.7    | 9,4   | 7,2                       |
| Total da P.E.A. terciária                          | 160.4          | 316.0 | 155.5   | 82,8  | 3,4                       |
| Total da P.E.A. (primária, secundária e terciária) | 273.6          | 461.3 | 187.7   | 100,0 | 2,6                       |

Fonte: CONDEPE 1974:84; UFPE.CME 1975:714, 11

TABELA III

Região Metropolitana do Recife, 1970: Renda Mediana Aproximada da População Economicamente Ativa por Ramos do Setor Terciário e Porcentagem da P.E.A. de Cada Ramo do Terciário na P.E.A. Total.

| Ramos                                 | Porcentagem Mediana Aproximada * | Renda Mediana Aproximada em Dólares* | Porcentagem na P.E.A. total |
|---------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| Comércio de Mercadorias               | 61,44                            | 620                                  | 14,0                        |
| Prestação de Serviços *               | 70,31                            | 310                                  | 22,1                        |
| Prestação de Serviços *               | 44,39                            | 155                                  | 22,1                        |
| Transporte, Comunicação e Armazenagem | 50,12                            | 755                                  | 7,3                         |
| Atividades Sociais                    | 60,42                            | 775                                  | 8,2                         |
| Administração Pública                 | 53,92                            | 930                                  | 8,9                         |
| Outras Atividades                     | 55,55                            | 630                                  | 8,4                         |
| P.E.A. Terciária                      | 50,36                            | 465                                  | 68,5                        |

Fonte: UFPE. CME 1975:119, 125, 130.

\* Os dados disponíveis não trazem as medianas *exatas*; daí apresentar esta tabela a porcentagem da P.E.A. com renda igual ou inferior à renda mediana *aproximada*. A amplitude da distribuição da renda *não está incluída*. Em todos os casos, a classe de renda escolhida como representante da mediana aproximada compreende um pouco mais do que metade da P.E.A.. Porém no que se refere a Serviços Pessoais, os dados disponíveis situam porcentagem desproporcionadamente alta na primeira classe de renda acima da metade (70,31) e por isso essa categoria é incluída outra vez, com a porcentagem disponível imediatamente inferior à metade (44,39).

TABELA IV

Recife e Região Metropolitana do Recife, 1970: Porcentagem da População Acima de Certos Limites de Idade, Alfabetizada e com Cursos Completos.

|       | 5 anos |        | 15 anos |        | 20 anos |        | 25 anos |        |
|-------|--------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|
|       | R.     | R.M.R. | R.      | R.M.R. | R.      | R.M.R. | R.      | R.M.R. |
| Alf.  | 68,9   | 62,3   | 76,0    | 69,9   |         |        |         |        |
| P.C.  |        |        | 32,8    | 28,7   |         |        |         |        |
| SC.C. |        |        |         |        | 21,0    | 16,4   |         |        |
| SP.C. |        |        |         |        |         |        | 3,71    | 2,56   |

Fonte: CONDEPE 1974:167, 168, 170.<sup>4</sup> Alf. =alfabetizados; P.C. =primário completo; SC.C. = secundário completo; SP.C. = superior completo.

TABELA V

Região Metropolitana do Recife, 1973: Educação e Renda da P.E.A. no Setor Terciário.

| Educação     | Renda Média Anual (US\$) | Renda Relativa |
|--------------|--------------------------|----------------|
| Analfabeto   | 656                      | 1              |
| 1 – 5 anos   | 1168                     | 1,8            |
| 6 – 9 anos   | 1664                     | 2,5            |
| 10 – 12 anos | 2447                     | 3,7            |
| 13 – 17 anos | 5384                     | 8,2            |
| 18 – + anos  | 10622                    | 16,2           |

Fonte: UFPE.CME 1975:100<sup>11</sup>



TABELA VI

Região Metropolitana do Recife, 1970: Distribuição Pessoal da Renda da População Total Baseada na Renda da População Economicamente Ativa

| Renda per capita em US\$ | Porcentagens Acumuladas da População |
|--------------------------|--------------------------------------|
| 0 – 79                   | 28,6                                 |
| 80 – 118                 | 52,4                                 |
| 119 – 191                | 71,9                                 |
| 192 – 316                | 85,0                                 |
| 317 – 790                | 95,1                                 |
| 791 – 1323               | 98,4                                 |
| acima de 1323            | 100,0                                |

Fonte: UFPE.CME 1975:130<sup>11</sup>

## TABELA VII

Recife e Região Metropolitana do Recife, 1960-1973: Renda Per Capita e Índice de Concentração de Gini.

| A n o     | Renda Per Capita<br>em US\$ | Índice de Gino |
|-----------|-----------------------------|----------------|
| 1960 *    | 324                         | 0,370          |
| 1961/62 * | 432                         | 0,423          |
| 1967 * *  | 312                         | 0,501          |
| 1968 *    | 312                         | 0,408          |
| 1973 **   | 576                         | 0,524          |

\* Apenas o município do Recife; \*\* toda a Região Metropolitana.

Fonte: UFPE. CME 1975:165 <sup>11</sup>

## TABELA VIII

Recife e Região Metropolitana do Recife, 1960-1968: Distribuição da Renda por Quintis do Total de Famílias Entrevistadas em Pesquisas de Amostragem.

| QUINTIS | 1960           |             | 1961-1962      |              | 1967           |              | 1967-1968      |              |
|---------|----------------|-------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
|         | % total rendas | % acumulada | % total rendas | % acumuladas | % total rendas | % acumuladas | % total rendas | % acumuladas |
| I       | 6,5            | 6,5         | 5,5            | 5,5          | 4,5            | 4,5          | 5,0            | 5,0          |
| II      | 8,0            | 14,5        | 10,5           | 16,0         | 7,5            | 12,0         | 8,5            | 13,5         |
| III     | 11,0           | 25,5        | 14,0           | 30,0         | 12,5           | 24,5         | 13,5           | 27,0         |
| IV      | 21,0           | 46,5        | 20,0           | 50,0         | 20,5           | 45,0         | 23,0           | 50,0         |
| V       | 53,5           | 100,0       | 50,0           | 100,0        | 55,0           | 100,0        | 50,0           | 100,0        |
| TODOS   | 100,0          | —           | 100,0          | —            | 100,0          | —            | 100,0          | —            |

Fonte: CAVALCANTI 1975: 25.<sup>3</sup>

## TABELA IX

Região Metropolitana do Recife: Percentagens da Renda Distribuídas por Percentagens das Famílias Entrevistadas em Pesquisa de Amostragem, 1973.

| Porcentagem das Famílias | Porcentagem Acumulada das Famílias | Porcentagem da Renda | Porcentagem Acumulada da Renda |
|--------------------------|------------------------------------|----------------------|--------------------------------|
| 8,2                      | 8,2                                | 0,9                  | 0,9                            |
| 19,8                     | 28,0                               | 4,8                  | 5,7                            |
| 16,7                     | 44,7                               | 6,8                  | 12,5                           |
| 11,9                     | 56,6                               | 6,8                  | 19,3                           |
| 8,9                      | 65,5                               | 6,6                  | 25,9                           |
| 5,2                      | 70,7                               | 4,6                  | 30,5                           |
| 4,9                      | 75,6                               | 5,3                  | 35,8                           |
| 6,2                      | 81,8                               | 8,1                  | 43,9                           |
| 8,9                      | 90,7                               | 17,1                 | 61,0                           |
| 9,3                      | 100,0                              | 39,0                 | 100,0                          |

Fonte: UFPE. CME 1975:184; UFPE. CME 1975:69<sup>11 e 12</sup>

## TABELA X

Região Metropolitana do Recife, 1970: Proporção de Naturais da Região para Imigrantes na População Economicamente Ativa, por Classes de Renda.

| Renda Anual em US\$ | Proporção de Naturais Região/Imigrantes |
|---------------------|---|
| Nenhuma Renda *     | 1,81                                    |
| 1 – 237             | 1,08                                    |
| 238 – 395           | 0,96                                    |
| 396 – 1323          | 0,74                                    |
| acima de 1323       | 0,59                                    |

\* Esta classe (naturais e imigrantes) compreende 3% da P.E.A. total e não deve ser confundida nem com desempregados nem com empregados domésticos.

Fonte: UFPE. CME 1975:34.<sup>11</sup>

TABELA XI

Recife e Região Metropolitana do Recife, 1960-1973: Consumo Diário Per Capita de Proteínas e Calorias.

| A n o   | Número de Famílias na Amostra | Consumo Per Capita |                 | Porcentagem de Indivíduos com Consumo abaixo de |                          |
|---------|-------------------------------|--------------------|-----------------|---|--------------------------|
|         |                               | Unidades Calóricas | Gramas Proteína | 2450 unidades calóricas ≠                       | 55 gramas de proteínas ≠ |
| 1960 *  | 515                           | 2286               | 76              | 49  | 49                       |
| 1967 *  | 430                           | 2210               | 79              | 80  | 2                        |
| 1973 ** | 1855                          | 2027               | 69              | 71  | 28                       |

\* Município do Recife; \*\* Região Metropolitana; ≠ padrões de referência do Departamento de Agricultura dos E.U.A. (FGV 1970:12).

Fontes: FGV 1970:47, 176 1960; GONÇALVES, AMORIM & NEVES, 1970:30, 31, 35, 36; UFPE. CME 1975:1/1 (1973).

TABELA XII

Região Metropolitana do Recife, 1973: Porcentagem da Renda Familiar Mensal Gasta em Alimentação e Renda Adicional Necessária para Aquisição por Famílias de Cesta Mínima de Nutrientes Recomendada por Padrões Internacionais

| Renda Familiar Mensal em US\$ | Porcentagem de Famílias na Amostra Total | Tamanho Médio da Família | Porcentagem da Renda Gasta em Alimentação | Renda Adicional Necessária (mensal, em US\$) |
|-------------------------------|--|--------------------------|---|--|
| 26,00                         | 8,2                                      | 3,60                     | 113,08                                    | 175,00                                       |
| 57,00                         | 19,8                                     | 4,86                     | 94,19                                     | 215,00                                       |
| 97,00                         | 16,7                                     | 5,04                     | 73,34                                     | 185,00                                       |
| 135,00                        | 11,9                                     | 5,42                     | 62,91                                     | 168,00                                       |
| 175,00                        | 8,9                                      | 5,23                     | 57,43                                     | 118,00                                       |
| 210,00                        | 5,2                                      | 5,40                     | 49,93                                     | 92,00  |
| 252,00                        | 4,9                                      | 5,60                     | 45,50                                     | 62,00  |
| 311,00                        | 6,2                                      | 4,92                     | 36,72                                     | —  |
| 455,00                        | 8,9                                      | 4,84                     | 29,97                                     | —  |
| 1055,00                       | 9,3                                      | 4,37                     | 15,75                                     | —  |

Fonte: UFPE. CME 1975: 170, 171, 184.<sup>11</sup>

TABELA XIII

Região Metropolitana do Recife, 1973: Consumo Diário Per Capita de Proteínas de Origem Animal por Classe de Renda Mensal.

| Renda Familiar Mensal em US\$ | Porcentagens de Famílias na Amostra Total | Consumo em Gramas |
|-------------------------------|---|-------------------|
| 26,00                         | 8,2                                       | 15,3              |
| 57,00                         | 19,8                                      | 21,1              |
| 97,00                         | 16,7                                      | 26,8              |
| 135,00                        | 11,9                                      | 26,4              |
| 175,00                        | 8,9                                       | 35,9              |
| 210,00                        | 5,2                                       | 32,8              |
| 252,00                        | 4,9                                       | 34,8              |
| 311,00                        | 6,2                                       | 39,6              |
| 455,00                        | 8,9                                       | 47,2              |
| 1055,00                       | 9,3                                       | 57,5              |

Fonte : UFPE. CME 1975: 170, 184.<sup>11</sup>



## BIBLIOGRAFIA

- 1 – AMORIM, Rosa & NEVES, Lucila. Consumo de alimento no Recife, *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Recife (16-17):29-50, 1967.
- 2 – CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo, Pioneira, 1961.
- 3 – CAVALCANTI, Clóvis. *A renda familiar e por habitante na cidade do Recife*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975. (Série Monografias, 1).
- 4 – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. *Diagnóstico preliminar da região metropolitana do Recife*. Recife, 1974.
- 5 – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Food Consumption in Brazil, 1960*. Washington, Department of Agriculture, 1970.
- 6 – GONÇALVES, Antonio Carolino. Características e consumo da família padrão recifense. In: – *Problemas do abastecimento alimentar no Recife*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1962. p. 111-154.
- 7 – GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Utilização da força de trabalho na região metropolitana do Recife*. Recife, CONDEPE, 1974.
- 8 – LÉVI-STRAUSS, Claude. *The Savage Mind*. Chicago, The University of Chicago, 1966.
- 9 – MOTA, Roberto. Proteína, pensamento e dança. *Comunicações*, Recife, UFPE/PIMES (16): 13-28. 1977.
- 10 – TURNER, Victor. Symbolic Studies. *Annual Review of Anthropology*, (4):145-62, 1975.
- 11 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Curso de Mestrado em Economia. PIMES. *A economia de Pernambuco; um estudo das transformações recentes*. Recife, 1975.
- 12 – ————. *Abastecimento alimentar no Nordeste urbano: grande Recife*. Recife, 1975.
- 13 – WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1967.

